

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 14 DESIGUALDADES: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

**INTERAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA:
ANÁLISE DE IDENTIDADES AMEAÇADAS
HERMÍLIO SANTOS (PUCRS)**

1. Introdução

Cidadania compreende três grupos de direitos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais (Marshall, 1967). Cada um deles é não apenas reconhecido, mas também garantido institucionalmente. Entretanto, cidadania é uma instituição em constante desenvolvimento, isto é, a configuração dos direitos e deveres que a caracterizam não é permanente e universal, nem a cidadania social é seu derradeiro estágio. Em cada situação histórica essa configuração resulta de conflitos e processos de aprendizado social que definem os acordos possíveis em cada tempo e sociedade. Novos tipos de cidadania são desdobrados através de novos desenvolvimentos sociais e problemas com os quais as sociedades se deparam (van Steenberg, 1996:3), como a idéia de cidadania global (Falk, 1996), cidadania européia (Habermas, 1996), cidadania ecológica (van Steenberg, 1996) e cidadania ativa (Adriaansens, 1996). Benevides, por sua vez, distingue entre cidadania passiva – aquela outorgada e tutelada pelo Estado – e cidadania ativa, “aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política” (Benevides, 1994: 9).

O ponto de partida comum a essas abordagens é a análise da relação de indivíduos – enquanto atores sociais – com instituições políticas, sociais e econômicas. Assim, cidadania é algo exercido em conexão a instâncias publicamente reconhecidas. Porém, uma vez que os direitos são prerrogativas para o exercício de papéis sociais reais, destaca-se a importância dos recursos controlados pelos cidadãos e/ou acessíveis a eles na efetivação do exercício da cidadania. Os mecanismos ou processos de exclusão estão localizados em diferentes esferas sociais e afetam categorias de pessoas de maneira distinta. Esses mecanismos incluem não apenas os processos institucionais, tal como salientado pelas abordagens recorrentes, mas também os aspectos culturais, como práticas culturais e diferentes normas e estilos de vida; espacial, como o desenvolvimento urbano, ou ainda o capital social, expresso através da exclusão de redes sociais socialmente valorizadas (Anthias, 2001: 839).

Nesse sentido, relevante parecem ser não apenas os recursos materiais, dados pela condição econômica, mas também os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos. Assim como os recursos materiais, tampouco os recursos simbólicos encontram-se igualmente distribuídos entre os membros da sociedade, o que equivaleria a dizer que, também por esse motivo, as possibilidades de exercício da cidadania são diferenciadas entre os membros de uma mesma sociedade. Dessa maneira, o exercício efetivo da cidadania, como contraponto à exclusão, deve ser problematizado à luz dos recursos indispensáveis acessíveis aos indivíduos. A questão que se impõe para a análise, portanto, é a seguinte: para além das pré-condições já amplamente reconhecidas pela literatura – e mencionadas acima –, quais são as condições de possibilidade para o exercício da cidadania? O artigo propõe-se a discutir a hipótese de que a capacidade dos indivíduos de participarem satisfatoriamente do processo de interação social é uma pré-condição necessária para o exercício da cidadania, uma vez que é precisamente nesse processo que os indivíduos mobilizam os recursos simbólicos à sua disposição. Essa hipótese nos remete à discussão do processo interativo na vida cotidiana, seus pré-requisitos e desdobramentos, o que será feito a seguir. Ao mesmo tempo, o presente artigo irá discutir, ainda de maneira preliminar, os desafios e fronteiras contemporâneas do exercício da cidadania com base em levantamento e balanço crítico da bibliografia relevante, tomando como ponto de partida para a análise a situação de adolescentes infratores. Trata-se, portanto, de uma análise teórica que fundamenta uma pesquisa empírica em curso.

2. Interação e cidadania

As formas correntes de interação são possíveis por estarem orientadas pela construção de alteridade. As comunidades se afirmam e são possíveis na medida em que há a percepção do eu e do outro, ou seja, a percepção da identidade e da diversidade. Entretanto, tal percepção não está orientada necessariamente para a integração da pluralidade no processo interativo. Ao contrário, o que marca a construção de comunidades é precisamente a

tentativa de exclusão da diferença, na medida em que as comunidades não devem ser violadas por “intrusos”¹. As comunidades representariam um momento reservado ao convívio com o semelhante e não com o distinto. Com alguma frequência, buscando-se contrapô-las à sociedade, as comunidades são descritas como se não fossem, elas próprias, estratificadas, aceitando a todos independente de sua posição social. Estudos revelam que a estratificação social também está presente nas comunidades, assim como em qualquer contexto regular de interação face a face. A estratificação em comunidades pode surgir por razões diversas, entre elas pelas diferenças na contribuição dada por cada membro, dependendo das habilidades ou conhecimentos valorizados, atributos sociais ou físicos, dentre outros (Brint, 2001: 15).

No processo de interação face a face parece haver um espaço razoável para a recuperação das identidades estigmatizadas. Em seu estudo sobre os rituais de interação, Goffman analisa o trabalho de construção da face (Goffman, 1967). O termo face é definido como os valores que uma pessoa reivindica para si durante o contato com outros. Assim, face indica uma imagem do *self* delineada em termos de atributos socialmente aceitos (Goffman, 1967: 5). Nesse sentido, a própria face e a face de outros constituem construtos da mesma ordem, no sentido de que são as regras do grupo que determinam o sentimento e a aceitação das faces envolvidas. Vivemos, no entanto, situações em que nossa face é ameaçada ou deteriorada. Nessas situações podemos ser alvos de estigma por parte dos membros da comunidade da qual fazemos parte, sem que apresentemos características físicas que evidenciem tal estado. Nem todos, contudo, estão em condições de recompor a face, não apenas em função de uma eventual situação psicológica pouco favorável, mas também pelas condições sociais nas quais estamos submetidos. De acordo com Goffman, os outros membros da comunidade devem assumir um papel destacado na recomposição da face daqueles em situação de face ameaçada ou deteriorada. Esse processo pode ser realizado por indivíduos espontaneamente, ou ainda pode ser um trabalho direcionado e consciente.

¹ Sobre isso verificar Elias e Scotson, 2000.

Goffman sugere uma cooperação no trabalho de (re)construção da face ameaçada. No processo interativo, fundamental é a preservação da singularidade da comunicação daqueles envolvidos nesse processo. Aqui, singularidade é entendida enquanto a possibilidade que cada indivíduo envolvido em um processo de interação possui para modificar o conteúdo do processo comunicativo, no sentido de que é possível a qualquer um “a transmissão de sua própria substância” (Simmel, 1971:44), o que, segundo Simmel, é a natureza mesma da interação.

Devemos então questionar quanto às condições de possibilidade para a preservação da singularidade daqueles envolvidos em processos interativos. Sem abordar tais questões diretamente, a literatura teórica sobre cidadania privilegia os aspectos políticos e econômicos como forma de garantir as condições necessárias para o reconhecimento de indivíduos nos processos sociais. Com isso, deixa-se de privilegiar outros aspectos que parecem igualmente relevantes para viabilizar o exercício da cidadania, notadamente os aspectos simbólicos, expressos na capacidade dos indivíduos de estabelecerem relações interativas.

Como já foi observado anteriormente, pretende-se aqui analisar outros aspectos que não os econômicos e políticos como pré-condições para o exercício da cidadania. Com isso não se pretende minimizar a importância destes aspectos para o conceito e a prática da cidadania, mas tão somente apresentar novos elementos para pensar o conceito e conceber sua prática cotidiana. Nesse sentido, é preciso ter presente que a constituição de identidades autônomas parece constituir um componente indispensável para o exercício da cidadania. Conviria, desta maneira, apontar brevemente o processo pelo qual se dá a constituição de identidades autônomas, denominado *self*. Esse desenvolvimento é necessário uma vez que partimos aqui do pressuposto de que a posse de uma identidade autônoma é indispensável para a constituição de atores sociais.

De acordo com Mead, o processo no qual surge o *self* é um processo social, que envolve a interação de indivíduos da comunidade e a pré-existência dessa comunidade (Mead, 1972:164). O *self*, que surge a partir de um sistema comum de símbolos, é algo distinto do organismo fisiológico de um indivíduo, não está presente desde seu nascimento, mas surge acima de tudo através do processo de atividades sociais, ou seja, através da relação com outros indivíduos. É impossível conceber a constituição do *self* fora da experiência social, apartada da interação entre indivíduos. Isso equivale a dizer que o *self* apenas pode surgir quando em comunicação com outras pessoas através de símbolos. O processo de assunção de papéis é fundamental na constituição do *self*, e marcado por três fases: a) a fase preparatória, a fase da repetição; b) a fase do brincar (*play*), na qual o indivíduo aprende como assumir papéis e c) a fase do jogo (*game*), quando o indivíduo é confrontado com o outro generalizado, ou seja, quando o indivíduo atua de acordo com as expectativas das ações dos outros que tomam parte no jogo (conf. Mead, 1972, Parte III). Aqui, “outro” refere-se à organização das atitudes daqueles envolvidos no mesmo processo. A interação ocorre quando se dá a adoção recíproca de papéis, ou seja, quando dois ou mais indivíduos fazem inferências sobre seus próprios papéis e assumem simbolicamente – não fisicamente – o papel do outro, utilizando este processo enquanto orientação para suas ações (Berlo, 1999:131). Nesse processo interativo ocorre a produção de sentido das coisas (idéias, pessoas, demais objetos) com as quais entra em contato, em que os sentidos são manipulados e modificados por um processo interpretativo adotado pelo indivíduo. O processo interpretativo compreende duas fases distintas: na primeira, a pessoa que age estabelece a si mesma os elementos com os quais têm relação, isto é, a pessoa deve especificar os elementos que gozam de sentido. A segunda fase, após o processo de auto-comunicação, a interpretação implica uma manipulação de sentidos, na qual o agente seleciona, reagrupa e transforma os sentidos de acordo com o ponto de vista da situação na qual ele está confrontado e que está relacionado com suas ações (Blumer, 1969:5).

Parece-me que indivíduos em situações econômicas desfavoráveis contam não apenas com condições piores de competir no mercado e exercitar seus direitos

e cumprir satisfatoriamente seus deveres de cidadão.² Tais indivíduos estariam não só pior posicionados para a construção do *self*, como também estariam em condições de terem deterioradas suas identidades. O ponto de partida para fundamentar as condições de possibilidade para a cidadania é que seu exercício implica em um movimento duplo: ser capaz de realizar satisfatoriamente esse processo interativo descrito logo acima e obter o reconhecimento por parte dos seus concidadãos. O que torna a vida social possível é justamente este reconhecimento, que não é unilateral, mas recíproco, como já havia sido assinalado por Mead (Honneth, 1996: 92). Por um lado, uma condição indispensável para esse reconhecimento é o estabelecimento de uma relação prática tridimensional do indivíduo com o *self*: autoconfiança, auto-respeito e auto-estima (Honneth, apud. Silva, 2000:125). Assim, indivíduos que não são capazes de estabelecer esta relação tridimensional com o *self* estariam vivenciando uma situação de deterioração de sua possibilidade de obter reconhecimento, representando sérios obstáculos ao exercício satisfatório da cidadania. Por outro lado, contudo, o exercício da cidadania envolve igualmente o reconhecimento do outro. Nesse sentido, o cometimento de delitos graves parece implicar em um não-reconhecimento do outro, tendo em vista que se trata de uma ação em que a vida, as posses e os sentimentos daqueles que são alvo da violência são colocados em suspenso por parte do autor do ato infracional. A partir do que foi discutido até aqui devemos nos perguntar sobre a possibilidade de exercício da cidadania de adolescentes infratores.

² Encontramos uma variada literatura em psicologia social tematizando os aspectos psicossociais da exclusão (verif. Sawaia, 2001).

3. Adolescentes infratores e interpretações do mundo da vida

A situação³ dos adolescentes e jovens⁴ no Brasil tem sido objeto de diversos estudos recentes (por exemplo, Abramovay *et al.*, 2002a e 2002b; Unesco, 2004; Novaes, 2004 e 2006; Mariz, 2005; Abramo, 2005; Magnani, 2005⁵; Silva, 2006; Sallas e Bega, 2006; Diógenes, 2006). O interesse pelo tema não pode ser atribuído ao aumento demográfico da população jovem, uma vez que vem decrescendo o percentual dessa faixa etária em relação à população total do país (Novaes, 2003: 131). A adolescência ganha *status* de problema social de forma mais acentuada quando passa a vigorar a percepção de um vínculo estreito entre delinquência e juventude (Adorno, Bordini e Lima, 1999: 64)⁶. Em boa medida, esse interesse se deve à situação de vulnerabilidade em que se encontra parcela considerável da população jovem brasileira, às incertezas daí decorrentes e, principalmente, à participação de parte dessa juventude nas estatísticas da violência, seja como autores de atos delituosos, seja como vítimas destes, em especial envolvendo atos letais (Adorno, Bordini e Lima, 1999: 69; Spagnol, 2005: 276), observados especialmente em bairros pobres e carentes de serviços públicos das regiões metropolitanas (Ramos, 2007: 69).

Parte da literatura disponível dedica-se a analisar o envolvimento de adolescentes com os diversos tipos de crime (Adorno, Bordini e Lima, 1999), chamando a atenção tanto para o perfil desses adolescentes, suas motivações para atos delituosos (Zaluar, 1997; Spagnol, 2005), quanto para suas histórias

³ A distinção entre condição (a maneira como uma sociedade compreende esse momento da vida dos indivíduos) e situação (a maneira como tal condição é vivida) pode ser utilizada para distinguir as diferentes abordagens sobre o tema (sobre isso ver Abramo, 2005: 42). Este segundo foco de análise domina a produção sociológica brasileira, em razão, talvez, de permitir estudos empíricos mais diversificados. Para uma discussão sobre “o estilo de vida jovem”, ver Miles (2000) e Freire Filho (2007).

⁴ Na categoria adolescente incluem-se indivíduos entre 12 e 18 anos incompletos, faixa etária considerada como sendo a primeira fase da juventude. Sobre isso ver Adorno, Bordini e Lima (1999: 73).

⁵ Magnani (2003) recusa o conceito de “tribos urbanas”, difundido por Maffesoli, e propõe a análise dos circuitos de jovens. Nesse artigo, Magnani apresenta uma etnografia dos diversos circuitos de jovens na cidade de São Paulo. Esse conceito é importante aqui, tendo em vista que se trata de uma forma de apropriação do meio urbano a partir da definição identitária, prática que os adolescentes infratores fizeram referência recorrentemente durante as entrevistas-piloto realizadas pelo proponente.

⁶ Os próprios jovens identificam a violência como sendo um dos principais problemas da juventude (Gonçalves, 2005:211).

de vida que apontam a precariedade das condições estruturais e de desigualdade social (Assis, 1999). Destaca-se ainda, nos esforços realizados em oferecer um entendimento do problema em tela, a larga e influente produção de Alba Zaluar, principalmente quanto a sua análise do “*ethos* da masculinidade” (Zaluar, 1997: 45; 1999; 2004 e 2007) e das formas associativas de gangues e galeras (Zaluar, 1997: 44) como estando intimamente vinculados à prática da delinquência juvenil. Contudo, na análise que Zaluar realiza do envolvimento de adolescentes com infrações graves, sobressai a tese – contrária a diversas outras que gozaram ou gozam ainda de maior ou menor reputação –⁷ de que esses adolescentes são, antes de tudo, sujeitos que contam com o arbítrio para estabelecer seus próprios roteiros de ação (Zaluar, 1997:20) e não simplesmente vítimas passivas das condições materiais precárias em que vivem.

A contribuição sociológica brasileira recente tem privilegiado, em sua grande maioria, abordar o problema da infração cometida por adolescentes a partir de uma dimensão que pode ser caracterizada como macrosociológica, ao enfatizar, na análise, aspectos estruturais e as condições objetivas da vida desses jovens (como a estrutura familiar, as incertezas no mercado de trabalho, o uso e o tráfico de drogas, a evasão escolar, etc.). Por um lado, representa aporte indispensável ao entendimento do problema, na medida em que permite entender os contornos institucionais e sistêmicos que constroem a ação desses indivíduos. Por outro lado, porém, a literatura sociológica tem dedicado relativamente pouca atenção a outros aspectos que podem trazer contribuições importantes ao entendimento do problema em tela. Uma dimensão pouco explorada nos estudos recentes diz respeito à compreensão do “mundo da vida cotidiana” (Schutz, 1979: 72)⁸ de adolescentes autores de

⁷ Por exemplo, a teoria da “desorganização social”, a “teoria da frustração” e a “teoria do rótulo” (ver Zaluar, 1997: 17-19).

⁸ O nome do sociólogo austríaco Alfred Schütz apresenta-se grafado de duas maneiras: Schutz e Schütz. Nos países de língua alemã suas publicações aparecem com o nome grafado com o trema. Nos Estados Unidos, os textos do autor passaram a ser publicados sem o trema. No Brasil, a difusão da obra de Alfred Schütz é mais conhecida por meio da coletânea de artigos do autor organizada por Helmut Wagner, publicado no Brasil em 1979, que traz o nome grafado sem trema, embora no Brasil se utilize ambas as formas de grafia. Optamos, ao fazer referência ao autor, manter a grafia da maneira que aparece na obra citada. Quando o autor aparece no texto sem referência direta a uma obra, o nome é grafado como nos países de língua alemã, Alfred Schütz.

atos infracionais, a partir da narrativa dos próprios adolescentes. O mundo da vida (*Lebenswelt*) é o mundo intersubjetivo pré-existente assumido como dado pelo indivíduo a partir de uma “atitude natural” (Schütz, 2003: 182), em que o indivíduo reconhece as coisas objetivas da vida, como leis e costumes que orientam a ação, assim como as condições para a ação, por exemplo, as intenções dos outros e as suas próprias. Essa atitude natural se dá simultaneamente à interpretação por parte dos indivíduos, baseada, sobretudo, no estoque de conhecimento disponível ao indivíduo e experiências anteriores dos próprios indivíduos e de outros com os quais entra em contato direta ou indiretamente (por exemplo, pais, professores, professores dos professores, etc.), ou seja, apoiada no “conhecimento à mão”, que funciona como um “código de referência” (Schutz, 1979: 72) para o indivíduo. Dessa maneira, esse sistema de conhecimento assume, para aqueles indivíduos que se reconhecem membros internos de um grupo ou comunidade, “um aspecto de coerência, clareza e consistência suficientes para que todos tenham uma *chance* razoável de compreender e ser compreendidos” (Schutz, 1979:81).

A análise das narrativas relativamente à vida cotidiana se torna ainda mais necessária e relevante, tendo em vista os desafios crescentes colocados aos indivíduos nas sociedades contemporâneas (Beck, 2000). Esses desafios não se limitam aos aspectos materiais, dados, por exemplo, pelas incertezas relacionadas à inserção no mercado de trabalho, assumindo crescentemente uma dimensão simbólica, expressa, por exemplo, pela exigência de uma definição cada vez mais precoce dos contornos que devem assumir as próprias identidades. Os indivíduos encontram-se como que compelidos cada vez mais às escolhas e à definição do estilo de vida que sintetize seu lugar no mundo, já que o estilo de vida implica em “... um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo segue, não apenas porque tais práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque elas dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (Giddens, 1993: 81 [tradução minha]). As tensões provocadas por essas exigências em torno às identidades, bem como seu impacto sobre a percepção da alteridade, parecem atuar de alguma maneira como fator relevante na disposição ao cometimento de atos infracionais por

adolescentes, não sendo, portanto, um caminho percorrido exclusivamente por jovens com histórico de carências materiais, pois como afirma Adorno:

Não há uma trajetória biográfica típica que derive para a delinqüência, ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura, inspiradas em teses criminológicas discutíveis, que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, a intermitência no trabalho como estímulos à construção de uma carreira no crime. De fato, a derivação para a delinqüência pode estar associada a tais situações, estar associada a algumas delas combinadas entre si, ou a nenhuma delas. Há, em verdade, uma miríade de “derivações” que não se traduzem necessariamente em abandono radical de todas as relações que constituem a ordem social dominante. (Adorno, 1993: 194-195)

Nesse sentido, considerando-se o pressuposto defendido por Adorno de que não há uma biografia típica vinculada à delinqüência – como se estivessem atreladas a um determinismo do qual o indivíduo não conseguiria escapar –, e a tese defendida por Zaluar, já apontada anteriormente, de que adolescentes infratores são protagonistas na definição das suas escolhas e ações, cabe questionar: que biografias são essas que percorreram esse caminho? E mais do que isso, de que maneira essas biografias são narradas e interpretadas por aqueles que as vivenciam? O objetivo aqui é identificar, nessas narrativas, as maneiras como os entrevistados estabelecem os mecanismos subjetivos de construção de significado acerca do mundo da vida. Não se trata apenas, portanto, de apontar eventuais visões sobre o mundo da vida compartilhadas por adolescentes autores de atos infracionais, mas pretende-se ir adiante e explorar os cenários cognitivos do mundo da vida desses adolescentes, ou

seja, a partir da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, investigar aqueles elementos que nos permitiriam obter uma aproximação razoável das interpretações do significado subjetivo de pertencimento aos seus respectivos grupos ou comunidades,⁹ tais como o manuseio do estoque de “conhecimento à mão”, o uso da sintaxe e do vocabulário, as marcas e indicações, assim como os sistemas de tipificação e relevância.¹⁰

Diferentemente de parte considerável da literatura disponível que investiga o envolvimento de adolescentes com atos infracionais, contudo, busca-se aqui obter elementos adicionais para a análise do tema em tela a partir da análise das interpretações da vida cotidiana por parte dos próprios adolescentes. Espera-se, com isso, contribuir de forma a complementar o esforço recente que tem sido realizado por diversos pesquisadores no sentido de entender o engajamento de adolescentes em infrações graves, assim como na sua reincidência, o que constitui, efetivamente, em um entrave ao exercício da cidadania.

Iniciada na sociologia das representações coletivas de Durkheim (1962), as teorias das representações sociais foram incorporadas pela psicologia social, tendo na obra de Moscovici (2003) a formulação mais influente (Porto, 2006:3; ver também sobre isso Jovchelovitch, 2008). Por “representações sociais” entende-se “um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (Moscovici, 2003: 62). É com esse sistema que nos movimentamos para que possamos dar sentido às coisas com as quais entramos em contato, sejam pessoas, idéias ou acontecimentos. Sabemos, desde Durkheim, que tais construções – as representações coletivas – geralmente são compartilhadas, em graus variados, por membros de uma mesma sociedade, comunidade ou grupo. Contudo, a capacidade das

⁹ Considera-se aqui não apenas as formas associativas para a realização de delitos, por exemplo, gangues, galeras ou “embolamentos”, como também vinculações estabelecidas por esses adolescentes que não tenham por fim o cometimento de delitos. Os adolescentes infratores gaúchos não usam (ou não usam mais) os termos “gangue” e “galera” para se referirem ao grupo de parceiros com os quais realiza seus delitos, preferindo o termo “embolamento”. Contudo, pôde-se verificar, durante a realização de entrevistas que o termo “embolamento” para se referir aos parceiros de delito só é utilizado por aqueles que possuem certa experiência na “carreira” delituosa.

¹⁰ Voltaremos a esses elementos mais adiante.

representações sociais constituírem-se como orientação compartilhada para os roteiros de ação individual parece estar sendo ameaçada, até mesmo no âmbito familiar (Zaluar, 1997: 41)¹¹. Isso se deve, em boa medida, ao fato de a construção e representação do *self* constituir-se em um problema relevante para os indivíduos nas sociedades contemporâneas (Giddens, 1993), fortemente marcadas por um processo de destradicionalização, em que o indivíduo ocupa um lugar central na definição de sua própria identidade, uma vez que “temos de decidir não só quem somos, e como agimos, mas como parecemos para o mundo exterior” (Giddens, 1996: 97; sobre isso ver também Leccardi, 2005). De acordo com Giddens, as identidades herdadas ou forjadas por um *status* tradicional não mais satisfazem aos indivíduos, fazendo com que o *self* se torne ele próprio objeto de manipulação. De acordo com Mead, o processo no qual surge o *self* é um processo social, que envolve a interação de indivíduos da comunidade e a pré-existência dessa comunidade (Mead, 1972:164). A comunidade é caracterizada pela interação do *ego* com o *alter*, mutuamente orientados. Essa complementaridade ou reciprocidade é possível em razão das condições prévias de existência de uma comunicação através de um sistema comum de símbolos ou cultura comum.

As comunidades, ou o grupo interno, nos termos de Schütz, afirmam-se e são possíveis na medida em que há a percepção do eu e do outro, ou seja, a percepção da identidade e da diversidade. O estabelecimento de uma vida comum com outros pressupõe necessariamente o compartilhamento de significados que dão sustentação aos relacionamentos sociais (Schutz, 1979: 80; ver também Schutz, 1972: 202) ou de uma identidade coletiva expressa por valores comuns, que são reafirmados nos ambientes de comunicação, em relações interativas (Schutz, 1979: 160). Isso significa que as pessoas de uma determinada comunidade ou grupo possuem algo socialmente significativo em comum, tendo em tal elemento ou elementos o demarcador de fronteiras, pois “... o significado subjetivo que o grupo tem para os seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum e, com ela, de um sistema comum

¹¹ Posição distinta dessa encontra-se em Gonçalves (2005: 213), para quem o jovem brasileiro é marcado fortemente pelos vínculos socializadores da família nuclear e não foram capturados pelo individualismo.

de tipificações e relevâncias” (Schutz, 1979: 82), quando, ao se reconhecer similaridades delinea-se ao mesmo tempo as diferenças (Jenkins, 2002: 80).¹² O conceito de *habitus*, tal como empregado por Bourdieu (1980, 2000 e 2005), ou seja, “como sistema de disposições socialmente constituídas que (...) constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2005: 191) aproxima-se, parece-me, em alguma medida, das características identificadoras dos membros do “grupo interno”, na formulação de Schütz¹³. O *habitus* de um agente está ancorado em suas experiências passadas e, além de compor seu pensamento e percepção da realidade presente, acaba por definir a prática do agente de maneira regular e constante (Crossley, 2001: 83), expressa pelos traços simbólicos de distinção, revelados por meio de um conhecimento adquirido, que se traduz pelos estilos de vida, como também pelos julgamentos políticos, morais, estéticos, etc. (Bourdieu, 1980: 92 e 2000: 61). Dessa maneira, poder-se-ia afirmar que os membros de determinado grupo interno vinculam-se uns aos outros por um *habitus* específico; porém, Bourdieu afirma (2000: 92) que o *habitus* viabiliza a produção de todos os pensamentos, de todas as percepções e também de todas as ações, o que parece restringir enormemente a possibilidade de interpretação do indivíduo do próprio *habitus*. Contudo, esse tema deverá ser problematizado ao longo da presente pesquisa, pois, se por um lado parece haver certa proximidade entre o conceito de *habitus* e o de “grupo interno”, por outro lado, resta evidente que o papel de intérprete dos indivíduos ou agentes não é enfatizada com a mesma intensidade em ambas as abordagens. Crossley (2001: 85) aponta precisamente essa diferença entre ambas as abordagens, ou seja, de que a fenomenologia, assim como aquelas escolas que ele denomina “fenomenologias sociais” (etnometodologia e interacionismo simbólico), acentua demasiadamente o horizonte interpretativo do agente.¹⁴ Seja como for, é um debate que, além de pertinente, parece-me bastante promissor. A

¹² Na análise do “estranho”, empreendida por Schütz, verifica-se de maneira bastante nítida o lugar da percepção da alteridade no estabelecimento da ação individual (ver, por exemplo, Schütz, 2004a: 219; 2004b: 116; 1979: 85).

¹³ Bülow-Schramm e Gerlof (s/d) vêem igualmente pontos de aproximação entre ambos os conceitos.

¹⁴ Da mesma forma, Throop e Murphy (2002) escrutinam as críticas à fenomenologia de Schütz formuladas por Bourdieu.

utilidade empírica desse debate em nossa pesquisa provém, aqui, do interesse em problematizar a vinculação de adolescentes infratores a um *habitus* específico, ou, ao contrário, a impossibilidade de atribuir a tais atores um *habitus* compartilhado, ao mesmo tempo em se discutirá a maneira como essa vinculação, caso haja, é interpretada pelos próprios adolescentes.

Na abordagem fenomenológica de Schütz é atribuída ao indivíduo uma capacidade interpretativa bastante razoável. A reconfiguração permanente das semelhanças e diferenças operada pelos indivíduos se dá no âmbito do mundo da vida, concebido como o âmbito intersubjetivo (Schutz, 1979:72), quando os indivíduos em interação acionam o seu próprio “estoque de conhecimento à mão” para interpretar a comunidade cultural da qual é membro. Nesse sentido, o que para Durkheim (1962) apresenta-se ao indivíduo como sendo um constrangimento para a ação, papel exercido pelas representações coletivas, para Schütz, trata-se de uma referência a que o indivíduo pode dispor e se apegar, mas que é objeto de sua interpretação, desde que este esteja devidamente provido das capacidades cognitivas para tanto, desenvolvidas desde a infância (Schütz, 2003: 339; ver também Cicourel, 2007b: 175). Nesse sentido, na análise de Schütz, ao indivíduo é concedido um *status* de ator que interpreta as coisas com as quais está confrontado (pessoas, idéias, acontecimentos, etc.), a fim de se posicionar no mundo e, com isso, estabelecer seu roteiro de ação.

O trabalho interpretativo do indivíduo implica, na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, em ele ter à sua disposição um sistema de relevâncias e tipificações, que é parte daquilo que é transmitido aos membros do grupo interno pela educação (Schutz, 1979: 119). Esse sistema possui cinco funções: determinar quais eventos devem ser tratados como tipicamente iguais (a fim de garantir que problemas semelhantes sejam tratados da mesma forma); transformar “ações individuais únicas de seres humanos únicos em funções típicas de papéis sociais típicos” (*idem: ibidem*), garantindo, assim, que indivíduos ajam de maneira correspondente ao papel social exercido; funcionar como um código de interpretação e ao mesmo tempo como código de orientação aos membros do grupo interno, criando assim um universo comum

de discurso, sem que isso se constitua em uma certeza de que assim será. Desse sistema do qual estamos tratando aqui depende ainda a interação humana, quando o código de tipificação é estandardizado e o sistema de relevância institucionalizado. Por fim, esse sistema comum de relevâncias e tipificações dá origem às tipificações e estruturas de relevâncias individuais, instrumental básico para que o indivíduo proceda à interpretação. No seu esforço de orientação e interpretação na vida cotidiana, o indivíduo dispõe ainda da linguagem, principalmente do vocabulário e da sintaxe, além de marcas e indicações. As marcas funcionam como “avisos subjetivos” a fim de que o indivíduo possa recuperar elementos relevantes vividos no passado para a interpretação do presente que se avizinha. As indicações, por sua vez, constituem elementos orientadores na medida em que “ajuda o indivíduo a transcender o mundo ao seu alcance real, relacionando os elementos ao seu alcance com os elementos fora dele” (Schutz, 1979: 101), uma vez que permite ao indivíduo identificar fatos, objetos e eventos que mantém algum grau de inter-relação, facilitando assim o desempenho individual em contextos futuros, mesmo que o conhecimento específico da situação futura seja bastante vaga.

Interessa-nos saber aqui a maneira como adolescentes autores de atos infracionais configuram seu entendimento da vida cotidiana por meio das narrativas que fazem sobre aspectos identificados por eles próprios como relevantes nas suas biografias. A abordagem das narrativas biográficas, embora bastante influente na produção sociológica alemã, em especial a partir da formulação de Fritz Schütze (por exemplo, Schütze, 1983 e 2003; Rosenthal, 1997; Völter, 2003), permanece ainda modestamente recepcionada na sociologia brasileira. A narrativa biográfica, a despeito de permitir sempre a reconfiguração identitária daquele que narra, é capaz de oferecer um acesso bastante útil para a análise não apenas da vida do narrador, mas principalmente das conexões entre o indivíduo e seu grupo ou comunidade (Carvalho, 2003: 293), considerando-se, contudo, que qualquer narrativa é uma interpretação a partir de uma situação biográfica determinada (Schutz, 1979: 73). A análise aqui depende de atividades comunicativas do entrevistado, na medida em que “o informante deve *contar* sua história de vida; *descrever* situações de vida, e *argumentar* sobre problemas significativos e recorrentes

em sua vida e como ele/ela se relaciona com isso” (Carvalho, 2003: 294). Trata-se, portanto, de um empreendimento investigativo que coloca em relevo tanto o informante, na medida em que sua interpretação sobre o mundo da vida constitui o material a ser analisado, quanto do pesquisador, cujo papel é exercer, simultaneamente, a atividade de interlocutor e intérprete. Ao mesmo tempo, propõe-se realizar a análise documentária das imagens produzidas ao longo do registro visual das narrativas, tendo como orientação os protocolos de análise do método documentário desenvolvido por Bohnsack (2007) e também aplicado por Weller (2005b).

Os indivíduos investigados possuem o arbítrio de eleger seu próprio sistema de relevância. Aqui, a análise da linguagem verbal cotidiana (vocabulário e sintaxe) nos permitirá um acesso fundamental às interpretações de identidade e alteridade do público investigado (Schutz, 1979: 96; Giddens, 1993: 43; Berger e Luckmann, 2002: 56; Hall, 1997: 19; Lopes de Oliveira, 2006: 430), pois a “vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem” (Berger e Luckmann, 2002: 57).¹⁵ A investigação irá se ater igualmente à interpretação das “marcas” (Schutz, 1979: 99), que funcionam como “avisos subjetivos” capazes de oferecer acesso à interpretação da identidade e alteridade, inscritas, por exemplo, nas roupas, tatuagens, decoração dos aposentos nas unidades de internação, estilos de vestimentas, expressões verbais, dentre outros elementos.

Ulrich Beck aponta uma constante tensão nas relações de gênero, expressas, por exemplo, pelos termos correntemente utilizados para se referir a essas relações, como “guerra”, “batalha”, “terror” (Beck, 2000: 161). Em um levantamento prévio na unidade feminina da FASE (Fundação de Apoio Socioeducativo) em Porto Alegre, o autor foi informado de que parte considerável das adolescentes em privação de liberdade cometeu infrações em cooperação com um parceiro afetivo (esposo ou namorado) ou a mando destes. Nesse sentido, a coleta de dados procurará explorar também a

¹⁵ Em entrevista concedida a Sergio Miceli *et al.*, Cicourel (2007a) afirma que, de fato, a análise da linguagem não constava como um elemento de investigação no interacionismo simbólico e na etnometodologia. Ao incluir a linguagem em suas análises, Cicourel se diferencia dessas escolas interpretativas.

interpretação do mundo da vida dessas adolescentes autoras de atos infracionais, se marcadas por uma percepção de “batalha” entre gêneros ou, ao contrário, por uma subordinação sedimentada e “domesticada”, do tipo “violência simbólica” (Bourdieu, 2000)¹⁶, ou por outro tipo (ou outros tipos) de percepção, como por exemplo, a atração pelas características visíveis de um “*ethos* da masculinidade... alcançados por meio da atividade criminosa” (Zaluar, 1997: 45)¹⁷. Esse aspecto das relações de gênero será igualmente explorado entre os adolescentes do sexo masculino; trata-se, afinal, de um elemento não trivial da interpretação do indivíduo na vida cotidiana.¹⁸ O objetivo aqui é investigar os mecanismos subjetivos de construção de significado acerca do mundo da vida, procurando analisar as formas como os indivíduos os tornam visíveis e reportáveis. Procura-se obter, dessa maneira, uma contribuição importante para a compreensão do engajamento de adolescentes com a infração. Assim, pretendemos analisar, a partir das narrativas dos próprios adolescentes, os métodos utilizados por eles para construir sua realidade social, ao mesmo tempo em que tentaremos analisar a natureza da realidade construída por eles (sobre isso ver Garfinkel, 2002).

Embora os entrevistados, no momento da entrevista, vivam em condição de interno em uma instituição que pode ser caracterizada como instituição total, nos termos utilizados por Goffman (2003) – conferindo aos adolescentes uma sociabilidade peculiar –, alguns dos informantes da pesquisa possuem a possibilidade de passar os fins-de-semana fora da unidade onde se encontram internados, em razão de estar se aproximando o período de conclusão do período de internação ou em razão do comportamento não-violento demonstrado na unidade de internação. Nesse sentido, os adolescentes estão permanentemente confrontados com pelo menos dois tipos de rotina, aquela do ambiente familiar nos fins-de-semana e aquela da unidade de internação. As narrativas desses indivíduos são, seguramente, perpassadas por essa situação

¹⁶ De acordo com Bourdieu, a violência simbólica “é ...coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante” (2001: 206).

¹⁷ Ver também artigo de Weller (2005a), que discute a busca de reconhecimento feminino nas “sub-culturas” juvenis.

¹⁸ Segundo Beck, os conflitos entre homens e mulheres ultrapassam a aparência de se tratar “tão somente” de uma tensão entre homem e mulher, constituindo-se em fundamento da sociedade industrial, ao mesmo tempo em que representa um paradoxo nos processos de modernização, estes, marcados por dinâmicas de individualização (Beck, 2000: 174).

de interno em uma “instituição total” (Goffman, 2003), porém, essa interpretação ou definição de situação é, ao mesmo tempo, determinada em termos biográficos, tendo em vista que a definição de situação é ela própria “a sedimentação de todas as experiências anteriores” (Schutz, 1979:73). Dessa maneira, o indivíduo é assumido como um sujeito com passado (Lahire, 2004: 21), assim, ganha relevo aqui a análise presente das experiências pretéritas dos indivíduos tal qual eles as interpretam, aspecto que deverá ser igualmente explorado na coleta dos dados, a ser detalhada mais adiante.

4. Balanço Preliminar

Procurou-se, aqui, discutir os fundamentos interativos para o exercício da cidadania, colocando no centro da discussão as circunstâncias que corroem a possibilidade de parcela da juventude de exercício da cidadania, notadamente aqueles autores de atos infracionais. Nesse sentido, torna-se relevante destacar os processos de construção identitária, assim como da alteridade e da construção simbólica da realidade social como pressupostos da interação social. Para além das condições econômicas, o manuseio de recursos simbólicos – expressos, por exemplo, pelo compartilhamento de um sistema comum de símbolos (Parsons, 1959) ou ainda de um sistema comum de tipificações e relevâncias (Schutz, 1979) – constitui-se num pressuposto para a sedimentação das bases dinâmicas do sentimento de pertencimento a determinado contexto social, o que se constitui, de acordo com o discutido nesse texto, num pré-requisito ao estabelecimento de interações sociais fluentes e, por conseguinte, ao exercício efetivo da cidadania. Não se pretendeu, dessa maneira, minimizar a relevância das desigualdades materiais no exercício diferenciado da cidadania. Contudo, o problema ganha outra dimensão se se introduz nesse debate abordagens que chamam a atenção para os aspectos destacados ao longo desse texto, tendo em vista que a deterioração das identidades compromete a interação social. Diferentemente de parte considerável da literatura disponível sobre o envolvimento de adolescentes com atos infracionais, buscou-se aqui de maneira preliminar obter elementos adicionais para a análise da possibilidade de exercício da cidadania

por parte desses jovens, a partir da análise das interpretações da vida cotidiana por parte dos próprios adolescentes. Espera-se, com isso, contribuir de forma a complementar o esforço recente que tem sido realizado por diversos pesquisadores no sentido de entender o engajamento de adolescentes em infrações graves, assim como na sua reincidência.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (org.), **Retratos da juventude brasileira** – análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers** – Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2002a.

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: Desafios para políticas públicas. Brasília: Edições Unesco, 2002b.

ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição”. In: José de Souza Martins (org.), **O massacre dos inocentes** – a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B.T.; LIMA, Renato Sérgio. “O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana”, **São Paulo em Perspectiva**, 13 (4), 1999, pp. 62-74.

ADRIAANSENS, Hans. “Citizenship, work and welfare”, in: **The Condition of Citizenship** (ed. Bart van Steenbergen). London: Sage, 1996.

ANTHIAS, Floya. “The concept of ‘social division’ and theorising social stratification: looking at ethnicity and class”. **Sociology**, vol.35, No.4, pp.835-854, 2001.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Traçando caminhos numa sociedade violenta** – A vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro/Brasília: Fiocruz/Unesco/Ministério da Justiça, 1999.

- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. “Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina”, **Ciência e Saúde Coletiva**, 10(1), 81-90, 2005.
- BECK, Ulrich. **Risikogesellschaft** – Auf dem Weg in eine andere Moderne. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “Cidadania e democracia”, **Lua Nova**, nº33, 1994.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERLO, David K. **O processo da comunicação** – introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism** – perspective and method. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- BOHNSACK, Ralf. “A interpretação de imagens e o Método Documentário”, **Sociologias**, n.18, p. 286-311, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratiques**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRINT, Steven. “*Gemeinschaft* revisited: a critique and reconstruction of the community concept”. **Sociological Theory**, 19, 2001.
- BÜLOW-SCHRAMM, Margret/GERLOF, Karsten. “Lebensweltliche Konstruktionen von Studierenden – Brücken zum Habitus?”, disponível em http://www1.uni-hamburg.de/QUEST//Pdf/lebensweltl_konstruktionen.pdf, acesso em 21/07/2008.
- CICOUREL, Aaron. “Entrevista com Aaron V. Cicourel”, **Tempo Social**, v. 19, n.1, pp.131-168, 2007a.
- CICOUREL, Aaron. “As manifestações institucionais e cotidianas do *habitus*”, **Tempo Social**, v.19, n.1, pp.169-188, 2007b.

CROSSLEY, Nick. "The phenomenological habitus and its construction", **Theory and Society**, 30, p.81-120, 2001.

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

ELIAS, Norbert e Scotson, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALK, Richard. "The making of global citizenship", in: **The condition of citizenship** (ed. Bart van Steenbergen). London: Sage, 1996.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico** – Uma crítica positiva das sociologias compreensivas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity** – Self and society in the late modern age. Stanford: Stanford University Press, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual**. New York: Anchor Books, 1967.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GONÇALVES, Hebe Signorini. "Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade", **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p-207-219, 2005.

GUIMARÃES, Sílvia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. "Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes", **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20 (2), pp.188-196, 2007.

HABERMAS, Jürgen. "Citizenship and national identity", in: **The condition of citizenship** (ed. Bart van Steenbergen). London: Sage, 1996.

HALL, Stuart. **Representation** – Cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications, 1997.

HONNETH, Axel. **The struggle for recognition**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

- JENKINS, Richard. **Social identity**. London: Routledge, 2002.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber** – Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos** – Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia. “Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica”, **Psicologia em Estudo**, v. 11, nr. 2, p.427-436, 2006.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Os circuitos dos jovens urbanos”, **Tempo Social**, v.17, n.2, p.173-205, 2005.
- MARIZ, Cecília Loreto. “Comunidades de vida no Espírito Santo: Juventude e religião”, **Tempo Social**, v. 17, n.2, p.253-273, 2005.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MEAD, Georg H. **Mind, self and society**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- MILES, Steven. **Youth lifestyles in a changig world**. Buckingham: Open University Press, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais** – investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NOVAES, Regina. “Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso”. In: Freitas, Maria Virgínia de; Papa, Fernanda de Carvalho (org.), **Políticas públicas** – juventude em pauta. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- NOVAES, Regina. “Os jovens ‘sem religião’: ventos secularizantes, ‘espírito de época’ e novos sincretismos. Notas preliminares”, **Estudos Avançados**, 18 (52), p.321-330, 2004.
- NOVAES, Regina. “Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias.” In: Almeida, Maria Isabel Mendes de; Eugenio, Fernanda (orgs.), **Culturas jovens** – Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PARSONS, Talcott. **The social system**. Glencoe: The Free Press, 1959.

- RAMOS, Sílvia. “Juventude, violência e novas respostas no Brasil: a experiência do Projeto Juventude e Polícia”, **Cadernos Adenauer VIII – Geração Futuro**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.
- ROSENTHAL, Gabriele (org.). **Der Holocaust im Leben von drei Generationen** – Familien von Überlebenden der Shoah und von Nazi-Tätern. Giessen: Edition Psychosozial, 1997.
- SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. “Por uma sociologia da juventude – releituras contemporâneas”, **Política e Sociedade**, n. 8, p.31-58, 2006.
- SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SCHUTZ, Alfred. **The phenomenology of the social world**. London: Heinemann Education Books, 1972.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHÜTZ, Alfred. **Theorie der Lebenswelt 1** – Die pragmatische Schichtung der Lebenswelt. (Alfred Schütz Werkausgabe Band V.1, organizado por Martin Endreß e Ilya Srubar). Konstanz: UVK, 2003.
- SCHÜTZ, Alfred. **Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt** – Eine Einleitung in die verstehende Soziologie. (Alfred Schütz Werkausgabe Band II, organizado por Martin Endreß e Joachim Renn). Konstanz: UVK, 2004a.
- SCHÜTZ, Alfred. **Relevanz und Handeln 1** – Zum Phänomenologie des Alltagswissens. (Alfred Schütz Werkausgabe Band VI.1, organizado por Elisabeth List). Konstanz: UVK, 2004b.
- SCHÜTZE, Fritz. “Biographieforschung und narratives Interview”, **Neue Praxis**, Heft 3, p.283-293, 1983.
- SCHÜTZE, Fritz. “Hülya's Migration to Germany as Self-Sacrifice Undergone and Suffered in Love for Her Parents, and Her Later Biographical Individualisation. Biographical Problems and Biographical Work of Marginalisation and Individualisation of a Young Turkish Woman in Germany”. Part I [33 paragraphs]. **Forum Qualitative Sozialforschung** / Forum: Qualitative Social Research, 4(3), Art. 23, <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0303232>, 2003.

- SILVA, Josué Pereira da. "Cidadania e reconhecimento", In: Avritzer e Domingues (org.), **Teoria Social e Modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- SILVA, Valéria. "Constituição identitária juvenil: o excesso como produto/resposta ao não-lugar, à efemeridade e à fluidez", **Política e Sociedade**, n. 8, p.123-157, 2006.
- SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms**, editado por D. Levine. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- SPAGNOL, Antonio Sergio. "Jovens delinqüentes paulistanos", **Tempo Social**, v.17, n. 2, p.275-299, 2005.
- THROOP, C. Janson/MURPHY, Keith M. "Bourdieu and phenomenology – A critical assessment", **Anthropological Theory**, 2, p.185-207, 2002.
- UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Edições Unesco, 2004.
- VAN STEENBERGEN, Bart. "The condition of citizenship: an introduction", in: **The condition of citizenship** (ed. Bart van Steenbergen). London: Sage, 1996.
- VÖLTER, Bettina. **Judentum und Kommunismus – Deutsche Familiengeschichten in drei Generationen**. Opladen: Leske + Budrich, 2003.
- WELLER, Wivian. "A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível", **Estudos Feministas**, 13 (1), p.107-126, 2005a.
- WELLER, Wivian. "A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos", **Sociologias**, n.13, p.260-300, 2005b.
- ZALUAR, Alba. "Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência", in: Hermano Vianna (org.), **Galeras cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- ZALUAR, Alba. "Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização", **São Paulo em Perspectiva**, 13 (3), p.3-17, 1999.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ZALUAR, Alba. "Democratização inacabada: fracasso da segurança pública", **Estudos Avançados**, 21 (61), p.31-49, 2007.